

Câmara vai apurar denúncias de desvios no FAT

Informações apontam irregularidade nos fundos de Alagoas, Paraíba, Piauí e DF

CHICO ARAÚJO

BRASÍLIA – A Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara vai instalar, na próxima quarta-feira, uma subcomissão especial para investigar denúncias de desvios de verbas do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), programa do Ministério do Trabalho que repassou no ano passado R\$ 247 milhões aos governos estaduais para qualificação profissional de trabalhadores. Segundo o deputado Wellington Dias (PT-PI), que propôs a criação da subcomissão, a Câmara já recebeu denúncias de desvio de dinheiro do fundo em Alagoas, Paraíba, Piauí e Distrito Federal.

“Com certeza, há desvios de verbas do FAT na maioria dos Estados”, suspeita Dias. O deputado propõe uma fiscalização ampla sobre a aplicação do dinheiro. Ele explica que os recursos são desviados por meio de cursos

fantasmas, superfaturamento no valor dos cursos e pagamento de propina para que empresas possam se credenciar a obter as verbas do fundo. Para Dias, o FAT “virou um meio fácil para corrupção”.

O ex-secretário de Trabalho do Distrito Federal, Wigberto Tartuce (PPB-DF), o *Vigão*, que deixou o cargo após denúncias de corrupção com verbas do fundo em Brasília, também foi convocado a depor na subcomissão. O seu depoimento está marcado para quarta-feira. O governo do DF recebeu R\$ 24,5 milhões do FAT para qualificar 150 mil trabalhadores. Antes de deixar a se-



Tartuce: decisão de só esclarecer suspeita sobre propina na comissão

OUTROS PROGRAMAS PODEM ESTAR IRREGULARES

cretaria, Tartuce nomeou uma comissão de sindicância para acompanhar o caso.

Segundo depoimento de uma testemunha à Procuradoria da República no Distrito Federal, cerca de

33% do dinheiro teriam sido desviados para pagamento de propinas. Dois assessores de Tartuce, Marcus Vinicius e Marcos Aurélio Malcher estariam envolvidos no esquema, de acordo com a testemunha. *Vigão* nega a participação de seus assessores no escândalo.

Ontem, Tartuce esteve no Ministério Público e foi recebido pelo procurador Luiz Francisco Fernandes de Souza, um dos autores do pedido feito à Polícia Federal para abertura de inquérito sobre o desvio de recursos do FAT no Distrito Federal. Por meio de assessores, o deputado informou que só falaria a respei-

to do assunto na próxima quarta-feira, quando irá depor na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara.

Fiscalização – Para o deputado Wellington Dias, os desvios de verbas do Fundo de Amparo do Trabalhador vem ocorrendo devido às falhas de fiscalização na aplicação do dinheiro. “É necessário aperfeiçoar a fiscalização e criar novos mecanismos de controle”. O deputado entende que se não houver fiscalização mais rígida o dinheiro destinado à qualificação dos trabalhadores continuará sendo desviado.

O deputado também quer que a investigação seja ampliada a outros fundos. Na opinião de Dias, a Câmara deve investigar mais fundos constitucionais como o FNO, Finor, FCO e o Fundef. O deputado acredita que esteja ocorrendo “verdadeiros assaltos” a estes fundos devido à falta de fiscalização por parte dos tribunais e do próprio Congresso.

Ed Ferreira/AE-15/2/2000